

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

Em relação à formalidade e ao poder de instaurar o processo administrativo, é correto afirmar que este se rege, respectivamente, pelos princípios do

- A** informalismo e da inércia.
- B** informalismo e do impulso oficial.
- C** formalismo exagerado e do impulso oficial.
- D** formalismo mitigado e da inércia.
- E** formalismo exagerado e do dispositivo.

Questão 22

Determinada empresa que possui vínculo jurídico específico com a administração pública, mediante celebração de contrato administrativo, descumpriu uma de suas cláusulas. A administração tomou conhecimento e, depois de comprovada a irregularidade contratual após o devido processo legal, aplicou penalidade administrativa à empresa.

Nessa situação hipotética, foi aplicado o poder

- A** disciplinar.
- B** hierárquico.
- C** regulamentar.
- D** de política administrativa.
- E** de polícia judiciária.

Questão 23

Em janeiro de 2020, João, chefe de uma repartição pública, concedeu licença-capacitação a Maria, servidora pública, pelo período de noventa dias, entre os meses de agosto e outubro de 2020. Ocorre que, no mês de julho, outros dois servidores em exercício na mesma repartição se aposentaram e, com receio de não conseguir, sozinho, atender o público no período de ausência de Maria, João resolveu extinguir o ato de concessão da licença.

Nessa situação hipotética, o ato de extinção caracteriza

- A** anulação de ato administrativo.
- B** caducidade de ato administrativo.
- C** revogação de ato administrativo.
- D** cassação de ato administrativo.
- E** convalidação de ato administrativo.

Questão 24

O estado do Ceará criou uma entidade de administração pública indireta, dotada de personalidade jurídica própria regida pelo direito privado, cujo capital é integralmente detido pelo respectivo ente federativo.

Nessa situação hipotética, a entidade é uma

- A** autarquia a ser criada mediante lei específica.
- B** empresa pública a ser criada mediante lei específica.
- C** empresa pública a ser criada mediante autorização de lei específica.
- D** sociedade de economia mista a ser criada mediante autorização de lei específica.
- E** sociedade de economia mista a ser criada mediante lei específica.

Questão 25

Considerando o disposto na Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

- I** É dever dos órgãos e das entidades públicas de qualquer dos poderes promover, independentemente de requerimento, a divulgação, no âmbito de suas competências e em local de fácil acesso, de informações de interesse geral por eles produzidas, sendo obrigatória a divulgação na Internet.
- II** As informações pessoais relativas a intimidade, vida privada, honra e imagem poderão ser acessadas, independentemente de consentimento da pessoa a que elas se referirem, quando forem necessárias à proteção do interesse público.
- III** No caso de indeferimento de acesso a informações, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias úteis, devendo o recurso ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão para realizar o juízo de reconsideração.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 26

Caso um determinado ente da federação pretenda alienar bem público imóvel deverá, com base na Lei de Licitações, adotar o procedimento licitatório na modalidade

- A** concorrência ou tomada de preços.
- B** leilão, apenas.
- C** concorrência, apenas.
- D** concorrência ou leilão.
- E** leilão ou tomada de preços.

Questão 27

Após regular realização de procedimento licitatório, determinado ente público firmou contrato com a empresa vencedora para prestação de serviços de baixa complexidade técnica. No ato da celebração, a administração, mesmo sem previsão no instrumento convocatório, exigiu a prestação de garantia por parte da empresa por meio de título da dívida pública no valor de dez por cento do valor do contrato.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei n.º 8.666/1993, a atuação da administração pública está

- A** correta, pois a lei permite exigir garantia em dez por cento do valor do contrato.
- B** correta, pois a administração é obrigada por lei a exigir garantia em todos os contratos administrativos.
- C** errada, pois o título de dívida pública não é modalidade de garantia prevista em lei.
- D** errada, pois a garantia deve ter como parâmetro o valor estimado da contratação quando da publicação do edital de licitação.
- E** errada, pois a exigência de prestação de garantia deve estar prevista no instrumento convocatório.

Questão 28

Considere que determinado agente público estadual tenha permitido a realização de despesas não autorizadas em lei. Nesse caso, segundo a Lei de Improbidade Administrativa, a autoridade

- A está sujeita à sanção de improbidade, diante da prática, dolosa ou culposa, de ato que importa lesão ao erário.
- B está sujeita à sanção de improbidade, diante da prática dolosa de ato que importa enriquecimento ilícito.
- C não está sujeita à sanção, pois agente público estadual não se submete aos ditames da referida lei.
- D está sujeita à sanção de improbidade caso a permissão tenha sido expressa, uma vez que não é admitida punição por conduta omissiva.
- E está sujeita à sanção de improbidade, diante da prática, dolosa ou culposa, de ato que atenta contra os princípios da administração pública.

Questão 29

No que concerne a conteúdo, a constituição que estabelece preceitos cuja matéria não é constitucional classifica-se como

- A flexível.
- B formal.
- C eclética.
- D semirrígida.
- E analítica.

Questão 30

As ações afirmativas possuem como objetivo a concretização do princípio constitucional da

- A eficiência da dignidade da pessoa humana.
- B eficiência dos direitos das minorias.
- C pluralidade de direitos.
- D proporcionalidade.
- E igualdade material.

Questão 31

É possível sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público executivo estadual

- A somente por lei.
- B por disposição editalícia.
- C por decisão fundamentada da autoridade competente, antes de publicado o edital.
- D por norma reguladora do órgão.
- E por portaria do governo do estado.

Questão 32

É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios

- A executar planos regionais de ordenação do território.
- B fomentar a produção agropecuária.
- C explorar os serviços de telecomunicações.
- D fiscalizar o comércio de material bélico.
- E promover a defesa contra as calamidades públicas.

Questão 33

De acordo com a CF, são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra

- I o exercício dos direitos sociais.
- II o cumprimento das decisões judiciais.
- III o livre exercício dos poderes constitucionais dos estados.
- IV o poder de polícia judiciária.
- V a organização e o funcionamento da administração federal.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B III e V.
- C I, II e III.
- D III, IV e V.
- E I, III e IV.

Questão 34

Durante a execução de convênio celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Educação, e o estado do Ceará, para um projeto de acesso a escolas públicas, o responsável pelo controle interno verificou a existência de irregularidade na aplicação dos recursos da União. Nesse caso, de acordo com a CF, o responsável pelo controle interno, sob pena de responsabilidade solidária, deverá dar ciência ao

- A Ministério Público Federal.
- B Congresso Nacional.
- C Ministério da Educação.
- D Tribunal de Contas da União.
- E Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Questão 35

É competente, originariamente, para julgamento de mandado de segurança contra ato de cassação de aposentadoria praticado pelo Tribunal de Contas da União

- A a Vara da Justiça Federal do Ceará.
- B o Juizado Especial Federal.
- C o Superior Tribunal de Justiça.
- D o Tribunal Regional Federal.
- E o Supremo Tribunal Federal.

Questão 36

A suspensão de direitos políticos se dará no caso de

- A improbidade praticada por qualquer agente público.
- B incapacidade civil.
- C cancelamento da naturalização.
- D condenação criminal.
- E perda da função pública por ato de improbidade.

Questão 37

Acerca da classificação das políticas públicas referidas quanto às funções econômicas do Estado, julgue os itens a seguir.

- I A obra pública de transposição do rio São Francisco configura um exemplo da função alocativa.
- II As políticas econômicas governamentais adotadas, nas décadas de 1980 e 1990, para controlar a hiperinflação são exemplos da função estabilizadora.
- III As políticas de transferência de renda a populações mais carentes, como o programa Bolsa Família ou o Abono/Auxílio Emergencial distribuído no período da pandemia, são exemplos da função distributiva.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 38

Julgue os próximos itens, no que se refere ao planejamento orçamentário da administração pública brasileira.

- I O instrumento de planejamento governamental em que consta a fixação das despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas é a Lei Orçamentária Anual.
- II A Lei de Diretrizes Orçamentárias materializa a realização das políticas públicas adotadas pelo governo.
- III O Plano Plurianual deverá conter o anexo de metas fiscais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Texto 1A2-I

Determinada entidade do setor público apresentou o demonstrativo financeiro relativo a receitas e despesas recebidas em 2019, conforme o quadro hipotético seguinte.

receitas		despesas	
receita patrimonial	R\$ 500.000	pessoal ativo	R\$ 10.000.000
receita industrial	R\$ 100.000	amortização de dívida de LP	R\$ 1.000.000
operações de crédito	R\$ 1.000.000	aquisição de material de expediente	R\$ 100.000
alienação de bens	R\$ 100.000	juros sobre a dívida por contrato	R\$ 1.000.000
amortização de empréstimos	R\$ 100.000	aquisição de pneus para frota de veículos	R\$ 200.000
receita tributária	R\$ 10.000.000	aluguel de veículo	R\$ 100.000
transferências de capital	R\$ 1.000.000	obrigações patronais	R\$ 1.000.000
transferências correntes	R\$ 5.000.000	construção de unidade básica de saúde	R\$ 5.000.000
receita de contribuições	R\$ 1.000.000	aquisição de imóveis para instalação de postos de saúde	R\$ 1.000.000
receita de serviços	R\$ 1.100.000	encargos sobre operações de crédito	R\$ 500.000

Questão 39

Com base nos dados apresentados no texto 1A2-I, o valor correto das receitas de capital é

- A** R\$ 1.100.000.
- B** R\$ 1.200.000.
- C** R\$ 2.000.000.
- D** R\$ 2.100.000.
- E** R\$ 2.200.000.

Questão 40

Com base nos dados mostrados no texto 1A2-I, o valor correto das despesas de capital é

- A** R\$ 8.500.000.
- B** R\$ 8.000.000.
- C** R\$ 7.500.000.
- D** R\$ 7.000.000.
- E** R\$ 6.000.000.

Questão 41

Determinada entidade pública realizou regular licitação para a compra de medicamentos, cuja entrega foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2019. Entretanto, devido à burocracia interna da entidade, o pagamento só foi realizado trinta dias após a entrega dos medicamentos.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que o estágio

- A** do lançamento da despesa ocorreu em 2019.
- B** da fixação da despesa não ocorreu em 2019.
- C** do empenho da despesa não ocorreu em 2019.
- D** do pagamento da despesa ocorreu em 2019.
- E** da liquidação da despesa ocorreu em 2019.

Questão 42

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei n.º 4.320/1964, caso o setor de mineração brasileiro recorra ao Governo Federal com o objetivo de obter empréstimo para poder se capitalizar e aumentar a sua produção mineral, o empréstimo solicitado

- A** não poderá ser concedido, devido a proibição expressa na LRF.
- B** não poderá ser concedido, em virtude de proibição expressa na Lei n.º 4.320/1964.
- C** poderá ser efetivado, desde que haja autorização em lei específica, observância às disposições da LDO e previsão na LOA ou em crédito adicional.
- D** deverá ser contratado na forma de adiantamento de receitas orçamentárias, para quitação até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício financeiro.
- E** poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Executivo, já que independe de aprovação legislativa.

Questão 43

Considerando-se os dispositivos da LRF aplicáveis ao caso, se o setor das empresas mineradoras defender, junto ao Governo Federal, a necessidade de renúncia de receita para gerar desenvolvimento nas regiões Norte e Sudeste do país, essa renúncia tributária poderá compreender crédito

- A** presumido.
- B** extemporâneo.
- C** provisório.
- D** majorado.
- E** especial.

Questão 44

No que concerne à gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

- I Está proibido de receber transferências voluntárias da União, por ausência de requisito essencial da gestão fiscal responsável, o município que institua taxas e realize estimativas da receita associada, mas que não efetive a arrecadação de tal receita.
- II Para fins de cumprimento de metas fiscais, o Poder Executivo federal poderá limitar, mediante decreto de contingenciamento, a execução de despesas decorrentes de obrigação constitucional, dado o caráter meramente autorizativo da LOA.
- III Caso a realização de receita prevista no orçamento seja incompatível com as metas fiscais da LDO, conforme apuração bimestral, os Poderes Judiciário e Legislativo estarão sujeitos às regras de limitação de empenho da despesa e de movimentação financeira.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 45

Acerca do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016 (federal) e pela EC n.º 88/2016 (estado do Ceará), julgue os itens a seguir.

- I O novo regime fiscal definido na EC n.º 95/2016 aplica-se a toda a Federação.
- II As despesas primárias relativas ao aumento de capital de empresas estatais não dependentes estão incluídas nas limitações de gastos do novo regime fiscal.
- III Se a Assembleia Legislativa do Ceará ultrapassar o limite individualizado de despesas definido pelo novo regime fiscal da EC n.º 88/2016, ficará proibida de promover alteração na estrutura de suas carreiras que implique aumento de despesa com pessoal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 46

Julgue os itens subsecutivos, quanto às competências do Conselho de Governança Fiscal do Estado do Ceará, definidas na EC n.º 94/2018.

- I Compete a esse conselho a edição de projeto de lei complementar com vistas à alteração dos limites de gastos primários, a que se refere o novo regime fiscal estadual (EC n.º 88/2016), para fins do necessário equilíbrio fiscal do Estado.
- II É de competência desse conselho a prorrogação do novo regime fiscal, se isso se mostrar necessário ao equilíbrio fiscal do Estado.
- III Compete a esse conselho o encerramento do novo regime fiscal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 47

Para evitar que a execução da despesa orçamentária ultrapasse a arrecadação efetiva, o registro da receita orçamentária deve ocorrer no momento

- A da previsão.
- B da prestação de contas.
- C do lançamento.
- D da arrecadação.
- E do recolhimento.

Questão 48

Para a prevenção de riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, a inscrição de restos a pagar deve observar

- A o consumo do bem ou serviço prestado.
- B a solicitação formal do fornecedor que entregou o bem ou serviço.
- C a existência de dotação orçamentária específica.
- D as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente.
- E a transferência de saldos no processo de encerramento do exercício.

Questão 49

No caso de despesas com exercícios anteriores, o reconhecimento da obrigação de pagamento pela autoridade competente deverá ocorrer

- A em procedimento administrativo específico.
- B no momento do encerramento do exercício financeiro, quando as demais despesas do exercício tiverem sido pagas.
- C quando houver disponibilidade de caixa.
- D na abertura do exercício financeiro, quando os pagamentos pendentes forem levantados.
- E automaticamente, considerando que essas despesas já cumpriram o rito da execução orçamentária.

Questão 50

O plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, é de utilização

- A facultativa para órgãos e entidades da administração direta e indireta do governo federal e obrigatória para órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes subnacionais.
- B obrigatória para órgãos e entidades da administração direta e facultativa para órgãos e entidades da administração indireta dos entes da Federação.
- C facultativa para órgãos e entidades da administração direta e obrigatória para órgãos e entidades da administração indireta dos entes da Federação.
- D obrigatória tanto para órgãos e entidades da administração direta como para órgãos e entidades da administração indireta dos entes da Federação.
- E obrigatória para órgãos e entidades da administração direta e indireta do governo federal e facultativa para órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes subnacionais.

Questão 51

A mensuração inicial de um ativo do setor público obtido por meio de transação sem contraprestação deverá ser feita pelo

- A valor histórico.
- B valor justo na data da aquisição.
- C valor de mercado.
- D valor presente do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos desse ativo.
- E montante que a entidade poderá obter com a venda desse ativo, após deduzir os gastos para a venda.

Questão 52

Alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, serão evidenciadas

- A no balanço orçamentário.
- B no balanço financeiro.
- C no balanço patrimonial.
- D na demonstração dos fluxos de caixa.
- E na demonstração das variações patrimoniais.

Questão 53

Relativamente à elaboração de demonstrações contábeis de entidades do setor público, a omissão ou distorção de uma informação é considerada material quando

- A os itens a serem divulgados representarem mais de 10% do grupo de elementos que compõem essas demonstrações.
- B corresponder a entradas ou saídas de caixa.
- C puder influenciar, individual ou coletivamente, as decisões econômicas que os usuários tomam com base nessas demonstrações.
- D a responsabilidade por essa informação puder ser atribuída a determinado agente público ou político.
- E promover alterações nos elementos patrimoniais, afetando seu resultado para mais ou para menos.

Questão 54

No que concerne ao relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, o registro da variação patrimonial aumentativa deve ocorrer

- A antes da execução orçamentária.
- B quando não houver execução orçamentária.
- C concomitantemente à execução orçamentária.
- D depois da execução orçamentária.
- E independentemente da execução orçamentária.

Questão 55

Determinado projeto de lei, em âmbito federal, foi regularmente aprovado pelas comissões pertinentes na casa iniciadora, tendo sido dispensada a análise do projeto pelo plenário da respectiva casa legislativa.

Nesse caso hipotético, acerca da tramitação em tela, assinale a opção correta.

- A A referida tramitação é vedada, haja vista a exigência de que todas as matérias sejam deliberadas pelos plenários das casas legislativas.
- B A referida tramitação é permitida apenas para a casa em que se iniciar a deliberação, sendo vedada para a casa revisora.
- C Em virtude da excepcionalidade da referida tramitação, a CF prevê taxativamente as hipóteses em que esta poderá ser adotada.
- D Adotado o referido trâmite legislativo, é incabível recurso para que o projeto também seja apreciado pelo plenário.
- E É permitida, em determinadas hipóteses, a dispensa da deliberação pelo plenário das casas legislativas.

Questão 56

Assinale a opção correspondente a instrumento normativo que regule outro dispositivo contido no texto constitucional, exigindo quórum de maioria absoluta para a sua aprovação.

- A medida provisória
- B emenda constitucional
- C lei complementar
- D lei ordinária
- E lei delegada

Questão 57

No que diz respeito a iniciativa no processo legislativo federal, assinale a opção correta.

- A As assembleias legislativas podem propor, isoladamente, proposta de emenda à CF, desde que encaminhada pela maioria relativa dos respectivos membros.
- B Atendidos os requisitos constitucionais e legais, é permitida a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular no âmbito federal, estadual e municipal.
- C No âmbito da iniciativa parlamentar, os projetos de lei complementar exigem quórum de maioria absoluta para sua proposição.
- D É de iniciativa privativa do presidente da República lei que disponha sobre a organização administrativa e judiciária dos estados e dos territórios.
- E Por meio de delegação do presidente da República, compete ao Congresso Nacional a elaboração das leis delegadas.

Questão 58

Assinale a opção correspondente a poder conferido pela CF a comissões parlamentares de inquérito.

- A decretação de prisão em flagrante e prisão preventiva
- B realização de interceptação telefônica
- C expedição de mandado de busca e apreensão domiciliar
- D quebra de sigilo bancário
- E decretação de indisponibilidade de bens

Questão 59

Com base na CF, em relação a veto, sanção e promulgação de matérias legislativas, assinale a opção correta.

- A A possibilidade de veto parcial pelo presidente da República abrange texto parcial de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- B Será considerado mantido o veto caso não seja apreciado pelo Congresso Nacional no prazo de trinta dias.
- C As leis podem ser vetadas no prazo de até quinze dias após a sua entrada em vigor.
- D Será considerada automaticamente promulgada lei que, decorrido o prazo constitucional, não tenha sido promulgada pelo presidente da República.
- E Compete às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a promulgação das emendas à CF.

Questão 60

De acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998, assinale a opção correta.

- A Segundo a referida lei, é facultativa a redação da parte preliminar na estruturação da lei.
- B Frases curtas, expressões em seu sentido comum, orações em ordem direta e uniformidade do tempo verbal são normas que dão clareza às disposições normativas.
- C Para entrarem em vigência, os projetos de lei devem observar o prazo mínimo expressamente estabelecido pela referida lei.
- D Visando à eficiência do processo legislativo, é recomendável que as leis abordem, em seu conteúdo, o maior número possível de objetos.
- E Ao entrar a norma em vigor, as demais normas que com ela colidam são tacitamente revogadas, não sendo necessária a enumeração expressa dos dispositivos legais revogados.

Questão 61

Considere que um projeto de lei de iniciativa parlamentar, que altere a remuneração de servidores do Poder Executivo estadual, tenha sido aprovado pela assembleia legislativa e encaminhado à sanção do governador do estado. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O processo legislativo é irregular, pois a matéria se encontra inserida no rol de competências privativas do Poder Executivo estadual.
- B** Eventual motivação de veto ficaria restrita ao interesse público, haja vista a ausência de irregularidades no curso do processo legislativo.
- C** Em virtude de, no âmbito estadual, ser ampla a competência para tratar do regime jurídico dos servidores públicos, o procedimento legislativo é regular.
- D** O princípio da simetria não abrange a regra de iniciativa privativa para tratar do regime jurídico dos servidores públicos.
- E** A sanção pelo governador retira quaisquer vícios verificados no processo legislativo de aprovação do projeto.

Questão 62

Assinale a opção que representa parlamentar cuja inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato possua abrangência restrita a seu respectivo município.

- A** deputado estadual
- B** deputado distrital
- C** senador
- D** vereador
- E** deputado federal

Questão 63

Com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a opção correspondente à modalidade de sessão destinada à eleição da mesa diretora.

- A** sessão preparatória
- B** sessão extraordinária
- C** sessão ordinária
- D** sessão solene
- E** sessão especial

Questão 64

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, acerca das comissões, assinale a opção correta.

- A** As comissões permanentes são aquelas que subsistem até o final da sessão legislativa.
- B** Serão independentes e subsequentes os prazos destinados às comissões para emissão de pareceres, ainda que a proposição tramite sob regime de urgência.
- C** Compete às comissões permanentes a convocação de secretários de estado e a solicitação de depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- D** Permanece inalterada a composição das comissões permanentes por toda a legislatura, ainda que haja alteração na representação proporcional de partidos ou blocos parlamentares.
- E** Não instalada no prazo regimental, será considerada extinta a comissão especial, não cabendo possibilidade de prorrogação de prazo.

Questão 65

À luz do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a respeito de sessões públicas, assinale a opção correta.

- A** Caso não haja número suficiente de parlamentares para que seja realizada a votação, o presidente deverá, necessariamente, encerrar a sessão.
- B** É irrecorrível decisão do presidente que retire da pauta proposições que estejam em desacordo com as exigências regimentais.
- C** Não se admitirá, em virtude de posse parlamentar, alteração ou interrupção da ordem estabelecida para o dia da sessão.
- D** Denomina-se segundo expediente o tempo destinado à discussão e votação das matérias constantes da pauta.
- E** Em regra, tanto o quórum necessário para a abertura dos trabalhos quanto o exigido para as votações são aferidos pelo painel eletrônico.

Questão 66

Considerando o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a opção correspondente à matéria que exige regulação por decreto legislativo.

- A** convocação de plebiscito de amplitude estadual
- B** perda e cassação de mandato de deputado
- C** matéria de natureza regimental
- D** concessão de licença a deputado
- E** complemento de matérias constitucionais com a sanção do governador do estado

Questão 67

Em relação a emendas, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a opção correta.

- A** Cabe somente ao plenário inadmitir emenda contrária à norma regimental.
- B** Em virtude de sua natureza subsidiária, subemendas restringem-se a alterações de redação.
- C** A reserva de iniciativa não abrange a apresentação de emendas correlatas, sendo permitidas, por exemplo, emendas a projetos de iniciativa exclusiva do governador, ainda que acarretem aumento de despesas.
- D** As emendas poderão ser votadas destacadamente, uma a uma, embora, em regra, sejam votadas em grupos, conforme os pareceres.
- E** Não se admitem emendas que alterem substancialmente a proposição principal, sendo exigida a apresentação de nova posição autônoma.

Questão 68

Assinale a opção que, no âmbito do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, representa exigência regimental dispensável em casos de urgência.

- A** observância de todos os prazos de tramitação nas comissões pertinentes
- B** publicação da proposição principal ou da que a substitua de forma global
- C** parecer, verbal ou escrito, da comissão para a qual a proposição tiver sido distribuída
- D** numeração legal
- E** distribuição de emendas, em avulso, apresentadas durante a pauta

▼ Questão 69

Acerca do que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em relação às votações no plenário, assinale a opção correta.

- A** Ao término do tempo regimental de duração da sessão, o presidente deverá encerrá-la, ainda que esteja em curso uma votação.
- B** Os pedidos de destaque poderão ser apresentados até o encerramento da sessão, ainda que já tenha sido finalizada a votação da matéria a que se relacionem.
- C** Não se procederá à votação no plenário de proposições com pareceres divergentes das comissões técnicas, devendo ser criada comissão específica para emissão de novo parecer.
- D** É conferida a qualquer deputado a prerrogativa de solicitar ao presidente a verificação da votação simbólica.
- E** Somente será exigida a redação final de matérias que tramitem sob o regime de urgência.

▼ Questão 70

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a opção que representa matéria de competência da mesa diretora.

- A** promulgar resoluções, leis e emendas à CF
- B** emitir parecer em relação a todas as matérias em tramitação, independentemente do regular funcionamento das comissões competentes
- C** propor, aprovar e promulgar proposição que fixe a remuneração de governador e vice-governador
- D** propor ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria, ou a requerimento de deputados ou comissão
- E** propor e aprovar, privativamente, as propostas de alteração feitas ao referido regimento

Espaço livre